

Nova tentativa para encurtar o mandato

A realização de eleições para presidente da República 45 dias após a promulgação da nova Constituição, proposta por emenda de autoria do senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), vai ter a coleta de assinaturas de apoio intensificada a partir da próxima semana, buscando atingir o mínimo de 180 para tornar-se apta a ser votada separadamente. Atualmente a emenda, oferecida em 13 de janeiro, tem 89 assinaturas.

A emenda, aditiva ao Artigo 1º das Disposições Transitórias, estabelece que na sessão solene de promulgação da Constituição deverá constar o compromisso do presidente da República e do presidente do Supremo Tribunal Federal na forma estabelecida pelo Artigo 92 — defender e cumprir a Constituição; observar as leis; promover o bem geral do povo brasileiro; zelar pela união, integridade e independência da República, acrescido do seguinte preceito: "E

a convocação de eleição para presidente da República, a realizar-se no quadragésimo quinto dia subsequente".

Mansueto de Lavor argumenta que a transição democrática será assegurada na medida em que possa ser abreviada, tendo como seus últimos objetivos a promulgação da Constituição e a eleição direta para presidente. Mais: segundo o senador, o prazo de 45 dias para a preparação da eleição presidencial não deve ser considerado excessivamente curto: "Basta ver que o Artigo 94 do projeto da Comissão de Sistematização prevê também um prazo de 45 dias para o caso de vacância da Presidência da República, valendo lembrar a experiência da eleição do presidente Eurico Dutra, em 1945, preparada e realizada em prazo consideravelmente menor".

A dificuldade maior para tornar vito-

riosa a tese defendida por Mansueto na emenda de sua autoria não consiste em conseguir que ela venha a ser apreciada, mas que consiga um número mínimo de 280 votos favoráveis. Porém, ele acha que ela tornou-se mais viável à medida que os trabalhos da Constituinte demoraram mais do que previa há alguns meses e, em consequência, a prevalecer sua tese, as eleições presidenciais seriam realizadas em meados de setembro e não em 15 de novembro, como pretendiam outros defensores da tese do mandato de 4 anos para Sarney.

Mansueto de Lavor é de opinião que os esforços dos quatroanistas poderão vir a se concentrar na aprovação de sua emenda, à medida que os problemas do governo, sistematizados sob a forma de uma crise geral que atingiu o País, alcançarem seu clímax, com as instituições correndo riscos preocupantes.